



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Referência: Processos nº 27443-47.2017.4.01.3400 e 27979-58.2017.4.01.3400

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** vem, no bojo dos processos em epígrafe, **considerando novos fundamentos e elementos de prova, apresentar novo pedido de prisão preventiva** em face de **GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA**, em razão de que tais **novos elementos de prova** surgidos no âmbito da investigação criminal indicam o cometimento, por parte do referido investigado, do **crime de exploração de prestígio (art. 357 do Código Penal)** associado ao crime de embaraço a investigação de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013).

Desde logo, registre-se que o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** está ciente da decisão monocrática proferida pelo eminente Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho, que determinou a supressão da medida de prisão preventiva em favor do estabelecimento da cautelar de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Contudo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio da presente petição, **apresenta fundamentos e fatos novos não abarcados pela decisão do eminente magistrado federal**, fatos esses que são **suficientes para a fundamentação de nova prisão preventiva**, sem substituição por outras medidas cautelares, de **GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA**.

Resgatando os fatos anteriores, registre-se que, em decisão do juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proferida em audiência de custódia do investigado **GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA**, houve a determinação de encaminhamento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

dos autos nº 27979-58.2017.4.01.3400 à autoridade policial, para que fosse realizada a oitiva de RAQUEL ALBEJANTE PITTA, cônjuge do réu LÚCIO BOLONHA FUNARO, bem como a perícia em seu aparelho telefônico. Em cumprimento a tais mandamentos jurisdicionais, foram autuados no processo nº 27979-58.2017.4.01.3400 nova manifestação da autoridade policial e os termos de declarações de RAQUEL ALBEJANTE PITTA e de LÚCIO BOLONHA FUNARO. Também foi anexado o **Laudo de Perícia Criminal Federal nº 1206/2017/INC/DITEC/PF**, no qual se examinou e se periciou o aparelho telefônico em que foram registradas ligações de GEDDEL VIEIRA LIMA a RAQUEL PITTA.

Após a detida análise **dos novos elementos de prova encaminhados pela Polícia Federal**, em especial do exame pericial e dos termos de depoimentos de RAQUEL PITTA e LÚCIO FUNARO (em trechos não conhecidos pela recente decisão monocrática proferida pelo eminente Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho), e considerando que tais elementos não somente corroboram os fatos narrados anteriormente por este órgão ministerial em favor da necessidade da prisão preventiva como também agravam ainda mais a situação do investigado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** entende plenamente justificada a apresentação de **novo pedido de prisão preventiva** em face de GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, com respaldo – repita-se – nos novos elementos de prova que indicam a ocorrência do **crime de exploração de prestígio (art. 357 do Código Penal)** associado ao crime de embarço a investigação de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013).

Inicialmente, impede destacar que o **Laudo de Perícia Criminal Federal nº 1206/2017/INC/DITEC/PF** constatou que, de fato, foram realizados, ao menos, **17 (dezesete) contatos telefônicos**, entre ligações recebidas (dezesesseis) e efetuadas (apenas uma), entre os números de RAQUEL PITTA e de GEDDEL VIEIRA LIMA, isso somente entre os dias 13 de maio de 2017 e 1º de junho de 2017, ou seja, **num período de 19 (dezenove) dias**. Assim, em média, no período examinado, GEDDEL VIEIRA LIMA telefonou a RAQUEL PITTA quase uma vez por dia. Tal constatação indica, de forma segura, a tentativa e, em certas ocasiões, o efetivo contato entre o investigado GEDDEL VIEIRA LIMA e a esposa do também investigado (e réu) LÚCIO BOLONHA FUNARO. Indica, outrossim, não uma pressão esporádica exercida



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

pelo investigado GEDDEL VIEIRA LIMA sobre a esposa do também investigado LÚCIO BOLONHA FUNARO, mas sim uma atividade de monitoramento diário sobre o humor e a intenção de colaboração deste último.

Registre-se que RAQUEL PITTA trocou de aparelho telefônico recentemente; eis o motivo da análise pericial limitar seu período temporal sob exame aos dias 13 de maio de 2017 a 1º de junho de 2017.

Em sua audiência de custódia, perante o Exmo. Juiz Federal titular da 10ª Vara Federal, GEDDEL VIEIRA LIMA confirmou que, nos últimos 12 (doze) meses, havia falado mais de 10 (dez) vezes com RAQUEL PITTA. Disse, porém, não saber se havia se comunicado, nesse período, mais de 20 (vinte) vezes com a cōnjuge de LÚCIO BOLONHA FUNARO. Omitiu, dessa forma, que seu contato com RAQUEL PITTA foi praticamente diário e que as ligações partiam de seu telefone e não de RAQUEL, que foi vítima do monitoramento diário. Logo, resta claro que os depoimentos de LÚCIO FUNARO e de RAQUEL PITTA não só ratificam a existência dos diálogos descritos no pedido de prisão preventiva como também reforçam que a motivação dos contatos nada tinha de afetiva. Deveras, tais comunicações devem ser entendidas como investidas criminosas que foram empreendidas com a finalidade de captar o estado de ânimo de LÚCIO BOLONHA FUNARO em colaborar com a Justiça e também de constranger e/ou persuadir este investigado e sua família.

É de se observar, pelo depoimento colhido em 7 de julho de 2017, que RAQUEL PITTA sequer tinha contato ou qualquer relação com GEDDEL VIEIRA LIMA antes da prisão de LÚCIO FUNARO, a não ser por duas únicas ocasiões, nas quais foi apresentada (sem qualquer capricho) por seu cōnjuge àquele, conforme relata aqui a testemunha:

QUE antes da prisão de LÚCIO **a declarante nunca tinha mantido contato telefônico com GEDDEL VIEIRA LIMA, e sequer tinha seu telefone; QUE** antes da prisão esteve com GEDDEL VIEIRA LIMA em duas oportunidades, a primeira em uma viagem de avião que fez com LÚCIO para Trancoso/BA ou Barra de São Miguel/BA, quando houve uma parada em Salvador/BA, local em que viu LÚCIO **descendo com uma sacola, e ao se dirigir ao banheiro do hangar foi apresentada a GEDDEL VIEIRA LIMA, por LÚCIO, como sendo sua namorada; QUE** na hora em que foram



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

apresentados só estavam LÚCIO e GEDDEL, e se recorda desse fato porque LÚCIO teria reclamado com a declarante por ter descido do avião; **QUE** a segunda oportunidade em que esteve pessoalmente com GEDDEL se deu quando do nascimento da filha do declarante e LÚCIO, em janeiro de 2016, onde GEDDEL foi fazer uma visita de cortesia para conhecer a criança, e se recorda que ele permaneceu por cerca de uma hora conversando com LÚCIO no térreo de sua residência, **enquanto a declarante ficou no primeiro piso com sua filha;** (grifo nosso – fls. 377/378)

Também LÚCIO FUNARO, em seu depoimento, *“reitera que GEDDEL não mantinha contato com sua esposa antes da sua prisão.”* (fl. 381) e que *“em uma dessas viagens [para Trancoso/BA ou para Barra de São Miguel/BA] apresentou RAQUEL a GEDDEL, quando ela desceu da aeronave para utilizar um banheiro do hangar”* (fls. 382). Observa-se, portanto, que não havia nenhum contato próximo entre RAQUEL PITTA e GEDDEL VIEIRA LIMA que pudesse gerar qualquer sentimento afetivo capaz de fazê-lo (GEDDEL) ligar para RAQUEL quase que diariamente.

De mais a mais, com as declarações de RAQUEL e FUNARO, reforça-se a tese (já mencionada no pedido de prisão e na manifestação nestes autos, fls.361/363), de que LÚCIO FUNARO tem, de fato, relevações que impliquem em ilícitos penais **relevantíssimos** praticados por GEDDEL VIEIRA LIMA (e a organização criminosa vinculada ao grupo do “PMDB na Câmara dos Deputados”), como o pagamento de vantagens indevidas (propina) rotineiras e habituais:

QUE o declarante fez várias viagens em seu avião ou em voos fretados, para entregar malas de dinheiro para GEDDEL VIEIRA LIMA **QUE** essas entregas eram feitas na sala VIP do hangar AEROSTAR, localizada no aeroporto de Salvador/BA, diretamente nas mãos de GEDDEL; (...) **QUE**, realmente, em duas viagens que fez, uma para Trancoso/BA e outra para Barra de São Miguel/BA, o declarante fez paradas rápidas em Salvador/BA, para entregar malas ou sacolas de dinheiro para GEDDEL VIEIRA LIMA; (...) (fl. 382)

Assim, com os novos depoimentos, permite-se concluir que GEDDEL VIEIRA LIMA e a organização criminosa da qual faz parte têm interesse explícito e evidente no silêncio de LÚCIO BOLONHA FUNARO, silêncio esse que, caso mantido, dificultaria a responsabilização criminal de GEDDEL e seu grupo. De modo ainda mais nítido, as declarações corroboram o que já fora explorado nos depoimentos do Diretor Jurídico do Grupo J&F



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

INVESTIMENTOS, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, nos quais se cita o encontro entre GEDDEL e JOESLEY BATISTA, para tratar de assuntos referentes à continuidade do pagamento de propina a EDUARDO CUNHA e a LÚCIO FUNARO, já presos preventivamente nas operações Lava Jato, *Cui Bono* e *Sépsis*. O pagamento dos referidos valores a réus presos teve como pretexto a possível ‘cooperação’ de CUNHA e FUNARO, que deveriam manter a resistência dentro do cárcere e evitar a possível delação que pudesse mencionar o nome de GEDDEL. Além disso, conforme já descrito em anterior manifestação, FRANCISCO DE ASSIS, com o qual GEDDEL VIEIRA LIMA mantinha contato, recebia comentários do ex-Ministro GEDDEL, afirmando este que vinha obtendo informações sobre o estado de ânimo de FUNARO, por meio de contatos com a esposa dele (FUNARO). Portanto, não só os depoimentos de RAQUEL PITTA e LÚCIO FUNARO, mas também as declarações de FRANCISCO DE ASSIS indicam que os contatos telefônicos abusivos que partiram de GEDDEL VIEIRA LIMA não foram motivados por sentimento de afeto (tal como alegou o referido investigado), mas sim pela intenção manifestada por GEDDEL de explorar e acompanhar o ânimo de LÚCIO FUNARO, bem como de intervir e influenciar (direta ou indiretamente) o réu, por meio de sua esposa, RAQUEL PITTA.

Essas indevidas investidas, conforme relata RAQUEL, davam-se, principalmente, após as suas visitas a LÚCIO BOLONHA FUNARO na prisão. Apesar de terem sido demonstradas somente ligações num período recente de 19 (dezenove) dias de maio e junho de 2017 (já que, como explicado, RAQUEL PITTA trocou de aparelho celular recentemente), registre-se que GEDDEL VIERIA LIMA a procurava insistentemente desde a prisão de FUNARO, efetuada em junho de 2016, no bojo da operação *Sépsis*, como narra a testemunha em seu depoimento em sede policial:

QUE após a prisão de LÚCIO, GEDDEL VIEIRA LIMA passou a fazer ligações para a declarante insistentemente, para saber notícias de LÚCIO e se ele estaria calmo, tranquilo e bem e pedia para transmitir-lhe um abraço; **QUE** GEDDEL perguntava sobre sua família e sempre perguntava sobre o estado de ânimo de LÚCIO; **QUE** na semana em que LÚCIO foi preso a declarante se recorda que ter recebido inúmeras e frequentes mensagens de GEDDEL, além de algumas ligações; **QUE** GEDDEL costumava ligar às sextas-feiras, dia em que a declarante visitava LÚCIO na prisão. (fls. 378)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

É de se salientar ainda que tais ligações causavam não só constrangimento à RAQUEL PITTA, como também ao réu LÚCIO BOLONHA FUNARO, que, embora se sentisse constrangido, atentou-se para a necessidade de que fosse mantido o contato, para não causar estranhamento no interlocutor GEDDEL VIEIRA LIMA que pudesse colocar em risco sua situação e a de sua família. Vejamos seu depoimento:

QUE as ligações de GEDDEL passaram a incomodar a declarante por causa dos horários noturnos, e ao reportar para **LÚCIO que pararia de atender, este teria lhe dito que não parasse de atender as ligações porque GEDDEL poderia estranhar e pensar que LÚCIO poderia estar ‘delatando’.** (grifo nosso – fl. 378)

O receio com possíveis intimidações e retaliações de GEDDEL VIEIRA LIMA contra a família FUNARO também é relatado por LÚCIO FUNARO em seu depoimento:

QUE embora possuísse uma amizade com GEDDEL VIEIRA LIMA, e não houvesse manifestações expressas de uso de violência por parte dele ou de outra pessoa, essas **ligações insistentes por parte de GEDDEL, provocava no declarante um sentimento de receio sobre algum tipo de retaliação caso viesse a fazer algum acordo de colaboração premiada, tendo em vista que GEDDEL era membro do 1º escalão do governo e amigo íntimo do presidente MICHEL TEMER, e considerava possível que GEDDEL ou outros ligados a ele pudesse, exercer influências políticas sobre algum órgão, ou até mesmo o Poder Judiciário, a fim de prejudicar o declarante, no caso de resolver firmar acordo de colaboração premiada; QUE** por isso o declarante sempre orientou sua esposa a atender os chamados de GEDDEL e informar que estava calmo e tranquilo, justamente para transmitir a ideia de que não tinha a intenção de firmar acordo de colaboração; **QUE** essas comunicações reiteradas de GEDDEL geravam no declarante o sentimento de que estava sendo monitorado e **em dado momento passou a ter receio sobre a segurança de sua esposa e filha, já que faziam deslocamentos para o presídio da Papuda em estrada pouco movimentada; QUE** embora GEDDEL costumasse falar com a esposa do declarante que estaria ajudando a seus pleitos junto ao Judiciário, o declarante acha que essas conversas não estavam ocorrendo de forma incisiva, quanto se faziam necessárias, mas que tem certeza que havia um acompanhamento constante das questões processuais que envolviam a prisão do declarante, até mesmo pelo teor das conversas entre GEDDEL e sua esposa, que chegavam ao seu conhecimento. (grifo nosso – fls. 381/382)

Os fatos apontados acima, em grande parte, já foram examinados tanto pelo juízo competente da 10ª Vara Federal do Distrito Federal quanto pela decisão monocrática do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Contudo, como registramos e reiteramos no início e ao longo desta petição, novos elementos indicam o cometimento por GEDDEL QUADROS VIEIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

LIMA de novo crime não examinado anteriormente seja pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, seja pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região: o **crime de exploração de prestígio (art. 357 do Código Penal)**.

Deveras, existe outro fato agora apontado por LÚCIO BOLONHA FUNARO que complica ainda mais a situação de GEDDEL VIEIRA LIMA na presente investigação criminal. Segundo FUNARO, **GEDDEL VIEIRA LIMA alegou exercer influência criminosa sobre o Poder Judiciário da União**. Vejamos o depoimento de FUNARO sobre esse ponto:

QUE se recorda que algum tempo antes da audiência de custódia, GEDDEL fez uma ligação para a declarante informando-a que estaria indo para Brasília/DF e falaria com PADILHA, para tentar resolver a situação de LÚCIO; **QUE** se recorda que quando da realização da audiência de LÚCIO BOLONHA FUNARO, o advogado DANIEL GERBER deixou o patrocínio de LÚCIO na véspera da audiência, porque este determinado a coparticipação da advogada VERA CARLA; **QUE após a realização dessa audiência, GEDDEL mandou mensagem via "WhatsApp" dizendo, ao que se recorda: "que porra é essa" e reclamou da troca de advogado de LÚCIO, e disse que o advogado era bom e estaria fazendo tudo certinho, que estaria tudo certo para a saída dele, mas que com a entrada de VERA CARLA tinha "ficado ruim para o juiz";** **QUE** se recorda de ter lido essa mensagem em um almoço em que estavam presentes a mãe da declarante, o motorista e ROBERTA FUNARO, irmã de LÚCIO, e que mostrou a mensagem para a ROBERTA e ela a indagou sobre quem seria o interlocutor, e a declarante mencionou que seria o Ministro GEDDEL, amigo de LÚCIO; **QUE** após o almoço a declarante foi até o escritório de DANIEL GERBER para agradecer e lamentar sua saída do caso, pois acreditava que LÚCIO realmente sairia após essa audiência, que comentou com ele a respeito da mensagem de GEDDEL e que teria mostrado essa mensagem para ROBERTA FUNARO na hora do almoço; **QUE** um ou dois dias depois GEDDEL teria ligado para a declarante reclamando por ela ter mostrado a mensagem e falado dele para ROBERTA, pois não conhecia ROBERTA e isso poderia complicá-lo, no que a declarante explicou que era a irmã de LÚCIO; **QUE** a declarante nunca tinha falado com GEDDEL sobre a irmã de LÚCIO e que tinha mostrado a mensagem para ela; (grifo nosso – fl. 378/379)

Desta feita, percebe-se claramente que não só GEDDEL tentava monitorar o ânimo de LÚCIO BOLONHA FUNARO em fazer possível colaboração premiada como também alegava, perante ele e sua família, exercer (direta ou indiretamente) influência sobre decisões que interessariam à defesa de LÚCIO BOLONHA FUNARO, nos processos relacionados à Operação



Sépsis, na qual este último é réu. **Em troca dessa influência no Poder Judiciário, GEDDEL VIEIRA LIMA pretendia de LÚCIO BOLONHA FUNARO o benefício de não ser por este delatado em acordo de colaboração premiada.**

Observa-se, assim, que GEDDEL VIEIRA LIMA, ao protestar contra a troca do patrono de LÚCIO BOLONHA FUNARO, insinua ter a capacidade de influenciar decisões do Poder Judiciário, agindo como verdadeiro vendedor de ‘fumaça’, indicando, inclusive, que teria, com a troca de advogados, *‘ficado ruim para o Juiz’*.

“Juiz”, no contexto que se extrai do depoimento e dos fatos envolvidos, deve ser **entendido como “magistrado”, ou seja, membro do Poder Judiciário**. Assim, **não se sabe ao certo, nesse possível contexto de tráfico de influência aplicado ao Poder Judiciário (no caso, possível conduta penal de exploração de prestígio), a qual magistrado GEDDEL VIEIRA LIMA invocava exercer influência: se a magistrado da 10ª Vara Federal, se a magistrado que compõe a Turma Julgadora de processos das Operações *Sépsis* e *Cui Bono* no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), ou, ainda se a magistrados de Cortes Superiores**. É certo, no entanto, que, ao mencionar o possível contato com um membro julgador, GEDDEL VIEIRA LIMA tenta macular a credibilidade e a moralidade do Poder Judiciário Federal, vendendo sua pretensa influência a fim de obter benefício ilegal (não ser delatado ou incriminado por LÚCIO BOLONHA FUNARO).

Como bem salientou o Ilmo. Dr. Marlon Oliveira Cajado dos Santos (fls. 369-370 do processo nº 27979-58.2017.4.01.3400), do depoimento de LÚCIO BOLONHA FUNARO restou claro seu temor de que GEDDEL VIEIRA LIMA realmente gozasse de influência sobre os Poderes da República (inclusive sobre o Poder Judiciário Federal), em razão da posição elevada de GEDDEL dentro da organização criminoso da qual LÚCIO BOLONHA FUNARO também era integrante, bem como em razão de sua proximidade notória com o Presidente da República Michel Temer. Esse temor acabou por ter dois resultados (penalmente relevante): (i) contribuiu para incutir receio em LÚCIO BOLONHA FUNARO de que sua situação processual poderia ser prejudicada caso apontasse os crimes cometidos por GEDDEL VIEIRA LIMA e sua organização



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

criminosa, terminando, assim, por embaraçar a investigação criminal da Operação Cui Bono (fato esse subsumível ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013); e (ii) levou a que LÚCIO BOLONHA FUNARO “comprasse” a fumaça vendida por GEDDEL VIEIRA LIMA, cedendo a este um benefício (não ser apontado e responsabilizado por seus fatos criminosos) em troca do exercício de sua pretensa influência perante o Poder Judiciário da União (fato esse subsumível ao art. 357 do Código Penal).

Conforme tem reiterado este MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em diversas petições, a privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional e a medida deve estar embasada na existência da prova da materialidade do crime e na presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. *In verbis*:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º).

Além disto, nenhuma medida cautelar deve ser decretada sem que estejam presentes os pressupostos do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*. Entende-se por *fumus comissi delicti* a comprovação da existência de crime e de indícios suficientes de sua autoria e, por *periculum libertatis*, o efetivo risco que o agente em liberdade pode criar à garantia da ordem pública, da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e à aplicação da lei penal (artigo 312 do Código de Processo Penal).

Em relação ao *fumus comissi delicti*, os novos depoimentos prestados por RAQUEL ALBEJANTE PITTA e LÚCIO BOLONHA FUNARO, aliados ao **Laudo de Perícia Criminal Federal nº 1206/2017/INC/DITEC/PF**, apresentam elementos claros não somente do crime de embaraço de investigação sobre crimes de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013), mas também do crime de exploração de prestígio (art. 357 do Código Penal).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

No que pertine ao *periculum libertatis*, a prisão preventiva de GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA merece ser novamente decretada pelo juízo em razão do perigo à ordem pública gerada pela recentes e atuais atividades criminosas do mencionado investigado, o qual, em liberdade ou mesmo em prisão domiciliar, busca ou pode buscar interferir indevidamente nos poderes constituídos de nossa República, inclusive no Poder Judiciário federal. Outrossim, está demonstrado que o mencionado investigado, mui recentemente, exibiu intenção clara de interferir indevidamente na investigação e instrução de processos e procedimentos vinculados às Operações Sépsis e Cui Bono. Assim, como já foi bem demonstrado nos anteriores pedidos do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, não se mostra viável a substituição da nova prisão preventiva que aqui se requer por medidas cautelares diversas da prisão, já que se tornaria ineficaz a *garantia da ordem pública* e a *tramitação regular da instrução criminal*, uma vez que o custodiado, claramente, pode ou tem a intenção de interferir indevidamente nos processos e investigações em andamento, por conduta direta sua.

Sobre a inadequação de eventuais medidas cautelares substitutivas à nova decretação de prisão preventiva que aqui se requer, recorde-se que, em sua audiência de custódia, GEDDEL VIEIRA LIMA alegou que já há muito tempo viveria, na prática, em regime de “prisão domiciliar”. Dessa forma, **os novos fatos criminosos praticados pelo mencionado investigado demonstram que nem mesmo sua reclusão domiciliar foi capaz de prevenir sua atividade criminosa**. Sendo criminoso habitual, em série (“*serial criminal*”), não há medidas cautelares alternativas que sejam capazes de impedir que novos delitos sejam cometidos por GEDDEL VIEIRA LIMA.

A respeito da necessidade de garantia da ordem pública, o Supremo Tribunal Federal¹ já assentou que esta envolve, em linhas gerais: a) necessidade de resguardar a integridade física ou psíquica do preso ou de terceiros; b) necessidade de assegurar a credibilidade das instituições públicas, em especial do Poder Judiciário, no sentido da adoção tempestiva de medidas adequadas, eficazes e fundamentadas quanto à visibilidade e

1 HC-QO 85298, Relator Ministro Marco Aurélio, STF.; HC 80.717, Relator Ministro Sepúlveda Pertence; HC 98157/RJ, rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 25/10/2010; HC 98754/SP, rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 11/12/2009; HC 99936/CE, rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 11/12/2009; HC 84.341, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 04.03.2005; HC 98156/RJ, rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 6/11/2009; HC 95704, rel. Min. Menezes Direito, 1ª Turma, DJ de 20/2/2009; HC 94416/MS, Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 19/12/0208; HC 69060/SP, rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 6/12/1991. HC 101248, Ministro Luiz Fux.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

transparência na implementação de políticas públicas de persecução criminal; e c) objetivo de impedir a reiteração das práticas criminosas, desde que lastreado em elementos concretos expostos fundamentadamente.

Portanto, tal como já registrou anteriormente o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, para preservar a ordem pública, em um quadro de corrupção sistêmica e de reiteração delitiva, justifica-se a prisão preventiva de **GEDDEL VIEIRA LIMA**. A medida, além de prevenir o envolvimento do investigado em outros esquemas criminosos, também terá o salutar efeito de impedir ou dificultar novas condutas criminosas, especialmente do crime de exploração de prestígio (art. 357 do Código Penal) e do crime de embaraço de investigação sobre crimes de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013). Outrossim, considerando a necessidade de assegurar a credibilidade das instituições públicas, em especial do Poder Judiciário, mostra-se indispensável a garantia da ordem pública por meio da prisão preventiva do famigerado membro de organização criminosa que ostenta e “vende” uma pretensa influência sobre o Poder Judiciário da União.

Ante todo o exposto, considerando novos fundamentos ainda não examinados seja pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal, seja pelo eminente Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** **requer nova decretação da prisão preventiva de GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA**, com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Brasília/DF, 13 de julho de 2017.

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
Procurador da República

SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE
Procuradora da República